CONTEXTO HISTÓRICO E FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO NEOLIBERALISMO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA OS PAÍSES CENTRAIS E LATINO-AMERICANOS

[1]**Raquel do Nascimento Neder**

RESUMO: O presente artigo propõe-se a descrever e interpretar os principais fundamentos do neoliberalismo, apresentar as críticas a esta doutrina e suas interpretações como uma resposta às crises contemporâneas do capitalismo global. Partindo de um exame sobre a criação de tal doutrina que surge a partir da década de 1930, como resultado das discussões que ocorreram durante a realização do Colóquio de Lippmann e da fundação da Sociedade de Mont Pèlerin, o trabalho também busca fazer um levantamento da literatura mais recente voltada para o aprofundamento da compreensão do projeto político, social e ideológico neoliberal, assim como o levantamento das principais consequências da aplicação desse projeto para o conjunto dos Estados capitalistas- países centrais e latino-americanos.

Palavras-chave: neoliberalismo, liberalismo, Colóquio Walter Lippman, Sociedade Mont Pelèrin, Estado de Bem-estar social.

ABSTRACT: The present article has the purpose to describe and interpret the main foundations of neoliberalism, to present critiques of this doctrine and its interpretations as a response to the contemporary crises of global capitalism. Starting from an examination on the creation of such doctrine that arises from the decade of 1930s, as a result of the discussions that took place during the Lippmann Colloquium and the founding of the Mont Pèlerin Society, the paper also seeks to make a survey of the most recent literature aimed at deepening the understanding of the neoliberal political, social and ideological project, as well as the survey of the main consequences of applying this project to the set of the capitalism states-Central and Latin American countries.

Keywords: neoliberalism, liberalism, Walter Lippman Colloquium, Mont Pèlerin Society, Social Welfare State.

1 INTRODUÇÃO

Os fundamentos e princípios, assim como os processos que culminaram na implementação da doutrina neoliberal há décadas se mantém no cerne das discussões que buscam compreender a onda de políticas econômicas que se instaurou nos países

1 Geórgrafa e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico-UFMA. E-mail: raquelneder@hotmail.com

capitalistas a partir da década de 1980. Esse processo ocorreu de forma mais traumática nos países sul-americanos: intensificou-se violentamente a exploração da força de trabalho através de transformações nas legislações trabalhistas; ocorreram aumentos substanciais da dívida externa e interna em meio a altas taxas de juros, verificou-se o desmantelamento de políticas protecionistas e privatizações que resultam no acirramento dos conflitos sociais e aumentos expressivos nos indíces relacionados à pobreza, entre outras consequências desta nova ordem.

Porém, não se pretende, aqui, analisar o neoliberalismo apenas a partir da sua implementeção, mas compreendê-lo também a partir da sua formação político-ideológica, que data a década de 1930. Para tanto, tal esforço exige uma revisão análitica sobre o neoliberalismo como um processo histórico de construção estratégica. Tal tese é atualmente defendida pelos autores Pierre Dardot e Christian Lavan, no livro A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal, e é principalmente nessa obra que o presente artigo se baseia e se inspira para a realização do exame à respeito da elaboração e dos fundamentos teóricos dessa nova racionalidade.

A ideologia do laissez-faire, historicamente refutada, e posteriormente, como será exposto mais adiante, reformulada e “modernizada”, não desqualifica ou impede a disseminação do neoliberalismo através uma ampla gama de instrumentos normativos, guiando decisões governamentais, normas de mercado, desenvolvimento e controle tecnológico e relações sociais, em todos os países capitalistas. É um sistema que se manisfesta na forma de desequílibrios econômicos e sociais, que concentra o poder em multinacionais e grandes organismos econômicos e financeiros internacionais, onde a mobilização social e coletiva se encontra desestabilizada, em um conjunto de forças que também buscam debilitar políticas redistributivas e progressistas.

O Estado, ora agente secundário, ora principal interventor – mas que nunca perdeu a sua importância de conduzir, de acordo com o contexto histórico, com ou sem restrições, os mercados – possui como função fundamental a criação de meios para a melhor propagação desse sistema, de forma eficaz, destrutiva, pontual e perversa, assim como os próprios agentes empresariais, e não apenas o papel de assegurar a implementação de regras, instituições e direitos, estes progressivamente fragilizados pela ordem neoliberal.

Diante do que foi até aqui discutido, o objetivo deste trabalho é analisar a natureza do neoliberalismo, o processo de construção téorica e ideológica dessa doutrina e sob qual discurso ocorreu a sua aplicação, assim como as consequências políticas, econômicas e sociais das medidas neoliberais, que se generalizam através do uso sistemático dos aparatos estatais e através de um posicionamento explicitamente não-intervencionista.

O recorte temporal utilizado por este artigo, que foca principalmente no período entre-guerras mundiais (I), pós-Segunda Guerra Mundial (II), perpassa pelas décadas de 1970 e 1980 (III) e se estende até o início da década de 1990 (IV), se justifica por o acharmos fundamental para a compreensão do principal objeto de estudo – o neoliberalismo – na medida que tais períodos (principalmente os períodos I, II, e III) também podem ser compreendidos e foram marcados por um forte empenho, tanto dos agentes econômicos, governamentais e das forças sociais, em impulsionar o crescimento econômico afim de evitar crises que colocam em risco o sistema capitalista, através de uma reinvenção da principal filosofia/ideologia que fundamenta e que passou a fundamentar tal sistema já no século XVII e atualmente se apresenta com uma nova roupagem: o liberalismo.

O presente artigo está estruturado em três seções, além desta introdução. Na próxima seção serão expostos os eventos históricos referentes ao desenvolvimento do capitalismo, com a realização de uma breve análise do período entre-guerras mundiais, pós-Segunda Guerra, até os primeiros eventos que tem como consequência a formulação e implementação do neoliberalismo, a partir da década de 1970. Na seção três, será feito um esforço para a compreensão da natureza do projeto social e político do neoliberalismo, e posteriormente passaremos a tratar de um período subsequente que se inicia com a implementação do neoliberalismo nos anos 1970 até a sua generalização na década de 1980 e 1990 nos países centrais e periféricos. Por fim, será feita uma breve conclusão.

2 O "NOVO LIBERALISMO": O LIBERALISMO CLÁSSICO REFORMULADO E A RESTAURAÇÃO DO SISTEMA CAPITALISTA

O fim da Primeira Guerra Mundial também significou a superação da hegemonia do capitalismo europeu através da ascensão dos Estados Unidos, que se tornou a maior economia do mundo, sendo responsável por um terço da produção industrial mundial e o maior credor dentre as economias capitalistas. As crises econômicas, as tensões políticas e sociais que se impuseram posteriormente, porém, mostraram o quão frágil o sistema laissez-faire poderia ser e, se antes era amplamente pregada a liberdade total dos mercados, os dogmas liberais formulados nos séculos anteriores passaram então a ser questionados e aumentava-se a urgência de sua revisão.

Desta maneira, o êxito das políticas clássicas liberais do século passado não perdurou no século XX, provando que o modelo de mercado guiado por agentes econômicos independentes e com decisões ditadas pelo mercado concorrencial, não mais condizia com o regime financeiro que se instaurava, e que ia na contramão das concepções da ortodoxia econômica dos liberais. Com a crise de superprodução de 1929, o Estado

passou a ser visto como o principal meio e solução para a recuperação do capitalismo, através de um "novo liberalismo": o sistema liberal capitalista precisava de uma redefinição que o tornasse mais consciente das necessidades sociais e econômicas, para melhor realizar os objetivos da civilização mercantil, e não de uma destruição propriamente dita:

> O "novo liberalismo" repousa sobre a constatação da incapacidade dos dogmas liberais de definir novos limites para a intervenção governamental. Em nenhum outro lugar lê-se melhor essa incapacidade dos dogmas antigos do que no pequeno ensaio de John Maynard Keynes cujo título já é por si só uma indicação do espírito da época: o fim do "laissez-faire" (1926). Se Keyes se torrnará mais tarde o alvo preferido dos neoliberais, não devemos nos esquecer de que o keynesianismo e neoliberalismo compartilham das mesmas preocupações durante algum tempo: como salvar do próprio liberalismo ou o que é possível do sistema capitalista?**(DARDOT E LAVAL, 2016, p.99).**

O Estado, nessa nova configuração do liberalismo, torna-se o principal responsável por regular as atividades econômicas, dentro do que também pode ser compreendido como um regime social democrático, com fins de controle das forças capitalistas para evitar qualquer desordem social e política. A intervenção direta do Estado na economia para estimular o crescimento e a demanda por gastos públicos, assim como para combater o estancamento e o desemprego passaram a ser adotadas por uma ampla gama de países, foi fundamentada principalmente pelas propostas da obra A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, de John Maynard Keynes, e de outros economistas e teóricos favoráveis à reforma do capitalismo nos padrões do intervencionismo e da política expansionista estatal.

A primeira aplicação em larga escala do "novo liberalismo" foi através da política do New Deal, tendo o presidente Roosevelt (1882-1945) como o seu principal implementador, em uma época marcada por altos gastos governamentais. O crescimento da indústria de guerra ocasionado pelo advento da Segunda Guerra Mundial impulsionou a economia norte-americana e de outros países industrializados, contribuindo para que tais nações saíssem definitivamente da depressão. Os instrumentos Keynesianos de política econômica passam a ser então amplamente utilizados nos trinta anos seguintes ao término da Segunda Guerra mundial e o dirigismo estatal na economia mista ganhou credibilidade, principalmente pelos resultados econômicos favoráveis obtidos com a implementação de tais políticas. A atuação do Estado na reconstrução das economias destruídas pela guerra também mostrava-se fundamental, e os Estados Unidos colocaram-se à frente nessa tarefa (GILL,2002, p.592).

Porém, é importante destacar que nunca existiu uma economia capitalista majoritariamente baseada na empresa privada mas a propriedade privada foi sempre acompanhada de um setor público, cuja importância relativa variou de acordo com as condições históricas específicas do desenvolvimento de cada um dos países capitalistas. O setor público, nesse contexto histórico em questão, não era considerado como autônomo,

mas sim como uma despesa inevitável para garantir o funcionamento adequado da economia de mercado, atuando para garantir o funcionamento, para além do "capital militar", dos meios de transporte, dos serviços públicos, e outras indústrias de substancial importância para a economia nacional (MATTICK, 2010,p.187).

A economia "mista", que passa a fundamentar o sistema econômico e o seu desenvolvimento no período pós-Segunda Guerra mundial, é uma forma de sistema em que ora o capital privado é o agente dominador, ora o pode ser uma economia em que predomina a propriedade do Estado, e ambas podem coexistir sem que necessariamente as ações de uma intervenha demasiadamente na outra. A intervenção estatal, por sua vez, é apenas tolerada pelos atores ecônomicos privados, de modo que contribua para promover os seus interesses. Portanto, por mais que a economia mista seja também denominada como "economia social de mercado", pela sua busca de um capital civilizado, com apoio dos movimentos trabalhistas (que por sua vez abandonaram a perspectiva do socialismo para buscar uma "terceira via", para que possam usufruir dos benefícios garantidos pelo estado do Bem-Estar social) ela está, no entanto, guiada pelos princípios do mercado, mesmo que o Estado tenha, aqui, um papel determinante. Pretendia-se, a todo custo, impedir o desastre que ameaçou o sistema capitalista na crise dos anos 30, assim como novas tensões sociais e o desencadeamento de novos regimes socialistas, através da implementação de um estado socialdemocrata. Nesse sistema, existia uma maior regulação dos capitais na sua intensa busca pela maximização dos lucros, ocorrendo uma maior socialização dos ganhos do sistema, através da geração do pleno emprego e políticas de tributação.

As políticas Keynesianas de recuperação da capacidade de expansão produtiva dos países industrializados e de regulação macroeconômica, após três décadas de pleno uso de seus instrumentos pelos agentes econômicos e pelo Estado, mostrava sinais de esgotamento logo no início da década de 1970, tais como uma eminente crise de acumulação e desemprego e inflação que se ampliava em todo o conjunto dos países capitalistas. As crises fiscais também dissemiraram-se amplamente, e países como a Grã-Bretanha, por exemplo, precisaram ser salvas pelo Fundo Monetário Internacional, em 1975. A alta taxa de crescimento proporcionada pelo "novo liberalismo" deixava de funcionar e fazia-se necessário uma alternativa para a superação da crise.

3 A FORMULAÇÃO DOS PRINCÍPIOS NEOLIBERAIS E A SUA IMPLEMENTAÇÃO PÓS-CRISE DO "NOVO LIBERALISMO"

3.1 O Colóquio Walter Lippman e a Sociedade Mont Pèlerin

O esgotamento das medidas liberais ortodoxas trouxe à tona a insuficiência de seus princípios para conduzir o sistema capitalista, tanto nas atividades empresariais e mercantis quanto nas práticas governamentais, em um sistema que tem como propósitos máximos a asseguração da ordem social e a plena acumulação de capital. Se a intenção era evitar uma crise sistêmica irreparável em um momento histórico que a instabilidade econômica parecia ter atingido o seu limite – período entre-guerras mundiais- , assim como a asenção de "totalitarismos" (sistemas socialistas que emergiram após a primeira guerra mundial) que colocavam em cheque o capitalismo, as respostas formuladas para salvar tal sistema veio em duas frentes: o "novo liberalismo" e o "neoliberalismo", em ordem cronológica (DARDOT E LAVAL, 2015, p.118).

Ambas as correntes possuiam propósitos semelhantes, que se fundamentavam, basicamente, em responder a crise do governo liberal, assim como superar as dificuldades que se impuseram com as variações do capitalismo e os conflitos sociais e econômicos resultantes dessas variações, em níveis nacional e internacional. Enretanto, mesmo que compartilhem tal semelhança nominal e finalidades, ambas as correntes se diferenciam pela forma como foram aplicadas, pelos seus conteúdos e pelas políticas que foram fundamentadas em cada uma delas.

O "novo liberalismo", do qual uma das expressões tardias e mais elaboradas no plano da teoria econômica foi a de Keynes, consistiu em reexaminar o conjunto dos meios jurídicos, morais, políticos, econômicos e sociais que permitiam a realização de uma "sociedade de liberdade individual", em proveito de todos. No âmago de suas propostas, encontra-se a ideia de que os aparatos estatais devem superar os limites que o liberalismo ortodoxo estabeleceu a elas, e a realização dos seus ideais, assim como a sua implementação, precisava ser capaz de utilizar meios tais como as leis de proteção ao trabalho, auxílios sociais obrigatórios, despesas orçamentárias ativas e nacionalizações – meios esses pouco utilizados pelo laissez-faire – , em uma tentativa que nos mostra claramente que, se esse reformismo aceita restringir os interesses individuais para proteger o interesse coletivo, ele o faz apenas para garantir as condições reais de realização dos fins individuais. O "neoliberalismo", por sua vez, apresenta-se posteriormente, e compartilha as principais proposições do "novo liberalismo", porém, mesmo que reconheçam a necessidade da intervenção do Estado e não defendam, assim, a sua mera passividade, seus fundamentos demonstram uma clara oposição a qualquer ação que dificulte o jogo da concorrência entre interesses privados (Dardot e Laval, 2016, p.118).

A origem do "neoliberalismo", segundo Dardot e Laval (2016, p.133), remete à realização do Colóquio Walter Lippmann, em 1938 na cidade de Paris, diferentemente do

que é comumente divulgado, ao associar a sua criação à Sociedade Mont Pèlerin na Suíça (1947), esta fundada por Frederich Hayek e Ludwig von Mises, com a participação de influentes filósofos e economistas da época e que também tinham como objetivo a promoção dos princípios liberais. Porém, além da promoção de tais princípios, ambos os eventos assemelham-se pelos propósitos de contraposição do intervencionismo estatal e coletivismo através de um aprimoramento dos valores liberais. A realização do Colóquio – que teve como principal organizador o filósofo francês Louis Rougier – foi também uma ocasião para o lançamento do livro de Walter Lippmann, intitulado La Cité Libre, e foi apresentado como sendo um manifesto de reconstrução do liberalismo. Rougier, por sua vez, acreditava que, para o liberalismo permanecesse como principal doutrina econômica das sociedades capitalistas, era necessária a sua refundação teórica, tendo como princípio uma política liberal ativa e que evitasse os efeitos negativos do naturalismo do laissez-faire.

Em relação ao Colóquio, enquanto liberais como Lionel Robbins e Jacques Rueff representavam o seu segmento mais conservador – que acreditavam que a crise de 1929 foi resultado das intervenções políticas que desregulam o mecanismo autocorretivo dos preços, assim como o viés social-reformista do liberalismo clássico, todas as formas de de dirigismo, taxações e planificações possibilitaram o advento da crise- o outro segmento, representado por liberais tais com Rougier e Lippmann, acreditavam que as causas da crise são encontradas no próprio liberalismo clássico (DARDOT E LAVAL, 2015, p.142).

Não obstante, a ideia central do Colóquio foi a de que a crise que o liberalismo clássico se encontrava era ele próprio o principal responsável – e que resultou no favorecimento de medidas planistas e o dirigistas- e uma das necessidades centrais era o combate do socialismo e todas as formas de “autoristarismo” possíveis, mesmo que isso significasse refutar certas bases teóricas do liberalismo. Dardot e Laval (2016, p.138) apontam Rougier e Lippmann - que antes mesmo da realização do Colóquio já haviam mostrado a mesma vontade, em suas obras, de reiventar o liberalismo- como os principais formuladores dos princípios do “neoliberalismo” e quais tarefas lhe competiam:

> O “retorno ao liberalismo” pregado por Rougier é, na verdade, uma refundação das bases teóricas do liberalismo e a definição de uma nova política. Rougier parece guiado sobretudo por sua rejeição à metafísica naturalista. O importante para ele é afirmar de saída a distinção entre um naturalismo liberal de estilo antigo e um liberalismo ativo, que visa à criação consciente de uma ordem legal no interior da qual a iniciativa privada, submetida à concorrência, possa desenvolver-se com toda a liberdade. Esse intervencionismo jurídico do Estado contrapõe-se a um intervencionismo administrativo, que estorva ou impede a liberdade de ação das empresas. O quadro legal, ao contrário da gestão autoritária da economia, deve deixar que o consumidor arbitre no mercado entre os produtores concorrentes **(DARDOT E LAVAL, 2016, p.147)**.

Desta forma, o neoliberalismo diferencia-se do liberalismo antigo através de uma defesa de um Estado mais forte e pontual, não no sentido coletivista ou de medidas intervencionistas tais como as aplicadas durante o período do Bem-estar social, mas dentro de padrões que permitam estabelecer o mercado como uma ordem construída, com regras bem definidas e previsíveis pelos atores econômicos, ao contrário de entender a ordem estabelecida como uma ordem natural, tal como no liberalismo clássico. O Estado, dentro da lógica neoliberal, age em favorecimento da propriedade privada, das instituições de mercado e comércio de livre funcionamento, em arranjos institucionais que possam garantir as liberdades individuais e as ações dos mercados. O neoliberalismo, ao apresentar essa nova racionalidade, não pode ser compreendido como uma simples repetição/extensão do liberalismo ortodoxo, dado às diferenças dos projetos políticos, para além do campo ideológico, que cada uma destas representam.

Uma outra tese que fundamenta a ideia de Estado forte, do ponto de vista dos neoliberais do Colóquio de Lippmann- e que desconstrói em partes a ideia de um poder governamental frágil e discreto difundida no século XIX- é que um Estado nesse padrão pode apenas ser governado "por uma elite competente, cujas qualidades são o exato oposto da mentalidade mágica e impaciente das massas" (DARDOT E LAVAL, 2016, p.182). Em outras palavras, isso também significa reconsiderar o que se entende por democracia, já que o enfraquecimento e a instabilidade dos regimes democráticos encontra-se no fato de que o interesse da maioria da população, ou do povo, são representados e colocados em em prática através do sufrágio universal ou da opinião pública, por exemplo. O ideal, em um governo das elites, é deixar que o povo eleja os governantes, mas que a influência de suas opiniões limite-se ao ato de tal escolha, não opinando em como os governantes devem governar. Desta maneira, a formulação das medidas neoliberais, em todas as ramificações nos grupos intelectuais que foram, assim, responsáveis pela sua idealização – nos quais se destacam o Colóquio Walter Lipperman e Socidade Mont Pelerin – foi marcada por uma forte oposição a qualquer medida estatal que demonstrasse inclinações semelhantes às políticas que marcaram os governos dos países capitalistas no período pós-Segunda Guerra Mundial.

Embora o Colóquio tenha representado um marco fundamental para a formulação teórica do neoliberalismo, a generalização deste último a partir da década de 1970, porém, deu-se a partir da sua fundamentação em outra base teórica, quando o filósofo político austríaco Frederich Von Hayek publica a obra *O Caminho da Servidão (1944).* Neste livro o autor faz fortes críticas ao intervencionismo estatal que prevalecia nos Estados de bem-estar social, ao afirmar que o "igualitarismo" promovido por tais políticas destruiria a liberdade dos

cidadãos e a vitalidade da concorrência, proclamando, assim, o "Estado mínimo" (CARCANHOLO E BARUCO, 2008, p.8). Alguns anos mais tarde, Hayek lideraria um seleto grupo de acadêmicos (que se descreviam como "liberais" devido ao seu compromisso com os valores de liberdade pessoal) na organização Sociedade Mont Pelèrin, em 1947.

As propostas de Hayek e de seus seguidores assemelham-se às dos participantes do Colóquio Walter Lippmann, principalmente no que diz respeito ao reconhecimento de que, para um bom funcionamento do mercado, é necessário que existam leis fortes, mas sempre com limites. Quando estes grupos defendem o planejamento econômico é principalmente em relação aos monopólios natralmente resultantes do mercado, mas mesmo em tais situações ocorre a crítica de que monopólios geralmente são criados por regulações, legislações em excesso e intervenção (como no caso dos grandes conglomerados empresariais alemães). Assim, para tais grupos, o melhor planejador econômico é sempre o mercado, através dos sinais que ele mesmo dá a seus agentes através da dinâmica dos preços, permitindo uma descentralização total das decisões, no extremo oposto do planejador onisciente e bem intencionado (as políticas governamentais) (MAGALHÃES, 2015, p.53).

As recomendações de Hayek e de seus adeptos ficaram marginalizadas, tanto no meio acadêmico quanto na orientação das aplicações práticas das atividades do Estado, depois que as propostas intervencionistas de Keynes ganharam ampla aceitação, entre as décadas de 1930 e 1970. Entretanto, com o advento da crise do modo de regulação fordista keynesiano da década de 1970, graças ao seus discípulos, a obra de Hayek estabeleceu o corpo teórico e foi também o ponto de partida para que o neoliberalismo passasse a ganhar visibilidade e influência até se instituir como o modelo de orientação das ações do Estado visando a restruturação dos mecanismos de mercado, e que passou a ser amplamente e internacionalmente adotado.

Desta forma, após quase três décadas da realização do Colóquio e pouco mais de duas décadas da realização da Sociedade Mont Pelerin, e com a crise do capitalismo regulado na década de 1970, que a doutrina neoliberal saiu da esfera do campo teórico e fundamentar as políticas econômicas de uma série de países capitalistas, sendo primeiramente praticada nos governos militares da América Latina para posteriormente generalizar-se no conjunto dos países centrais. No Chile, o neoliberalismo foi implementado através da derrubada do presidente Salvador Allende e do regime democrático constitucional em setembro de 1973, com apoio militar e financeiro dos Estados Unido e da elite chilena, ocorrendo a tomada do poder pelo general Augusto Pinochet, já na Argentina, o neoliberalismo foi colocado em prática através do governo militar de Jorge Rafal Videla e

pelo ministro da econômia José Alfredo Martínez de Hoz, que facilitaram a abertura dos mercados e o desmantelamento da legislação trabalhista.

3.2 A política neoliberal colocada em prática nos países capitalistas

A disseminação do neoliberalismo pelo países ocidentais, enquanto doutrina econômica e fundamentada na reformulação do liberalismo clássico, como anteriormente discutido nesse artigo, ocorre a partir da década de 1970 e se desenvolve em um cenário no qual cresciam as críticas às políticas keynesianas, favorecendo a via para a aplicação dessa vertende em escala mundial. O início das práticas neoliberais significou, sobretudo, um rompimento com a socialdemocracia e o seu sistema de harmonia entre o capital e o trabalho, que estava em curso desde o término da segunda guerra mundial.

Embora as aplicações de tais políticas econômicas tenham tomado toda a sua a amplitude a partir da década de 1980, principalmente através das reformas propostas pelos governos de Donald Reagan e Margaret Thatcher, e na Alemanha de 1974, sob a presidência do Banco Central do socialdemocrata Karl Otto Pöhl, inciava a aplicação de políticas monetaristas de cunho neoliberal. No Canadá, tais políticas encontraram respaldo sob o governo liberal de Pierre Elliot Trudeau, e em 1975 nos Estados Unidos a presidência do democrata Jimmy Carter, na segunda metade da década de 1970, significou a desregulamentação e retrocesso dos direitos sindicais. Na América latina, a doutrina neoliberal ocorreu através da imposição dos interesses imperialistas no contexto de transformação econômica que os países acabam sendo forçados a operar, diante das mudanças que a economia internacional estava sofrendo (MARINI, 1992, p.97). No Brasil, o regime do governo militar, entre as décadas de 1960 e 1980, significou, por um lado, retrocessos nas dimensões sociais e institucionais e por outro lado, uma relevante mudança estrutural de seu parque industrial. Os anos da década de 1980, por sua vez, foram marcados por uma trajetória de forte desestabilização macroeconômica e descontrole da inflação, sendo que o país ainda não havia se recuperado das crises do petróleo ocorridas na década anterior.

O forte aumento das taxas de juros, que ocorreu às custas de uma grave recessão e do aumento do desemprego permitiu a realização de uma série de ofensivas contra os movimentos sindicais, ao impor a diminuição dos gastos sociais e os impostos e facilitar a desregulamentação. Nos países periféricos latino americanos, os choques e os efeitos desestabilizadores da crise internacional e a elevação das taxas de juros, os levou a declarar moratória da dívida externa e a firmar acordos com o Fundo Monetário

Internacional. Em 1983, o Brasil se submeteu a um programa de estabilização junto ao FMI, mas foi incapaz de cumprir os acordos estabelecidos. Como resultado, o FMI e o Banco Mundial se tornaram, nos primeiros anos dessa década, centros de propagação e implantação do "fundamementalismo do livre mercado" e da ortodoxia neoliberal, e os países submetidos às dívidas juntamente à tais órgãos, em troca do atenuação destes débitos, tiveram que implementar reformas institucionais com cortes nos gastos sociais, leis de mercado do trabalho mais flexíveis e privatização, dando início ao que se compreende por "ajuste estrutural" (HARVEY, 2005, p.19).

Desta maneira, os custos crescentes da instabilidade econômica da década de 1980, os interesses dos grupos dominantes, as fortes pressões internacionais assim como a perda de legitimidade do Estado convergiram no sentido de direcionar o país para a adoção de medidas liberalizantes impostas pelo receituário do Consenso de Washington, em meio ao fenômeno de globalização econômica (GONÇALVES, 2016, p.50). É importante novamente destacar que uma das medidas mais polêmicas e conhecidas dessa onda de adoção de políticas neoliberais nos países periféricos foram as inúmeras privaticações das empresas públicas nacionais, que foram vendidas por preços muito abaixo de seu valor real, assim como as desreculamentações economicas. De 1995 em diante, o desenvolvimento da economia brasileira nos marcos do neoliberalismo é facilmente identificado nos governos Fernando Henrique Cardoso (1995- 2002) e Lula (2003-2010).

4 CONCLUSÃO

O neoliberalismo foi criado e se instituiu como o modo de reprodução do capitalismo contemporâneo, e em resposta à crises econômicas e de acumulação que os outros regimes se mostravam incapazes de conter. Ao se estabelecer o regime social democrático logo após o término da Segunda Guerra mundial, os debates que ocorriam no sentido de articular e estabelecer uma nova ordem – a neoliberal – foram contidos, já que os resultados econômicos favoráveis da época respaldavam o Estado do Bem-Estar social, e que também se mostrou eficiente enquanto estratégia para evitar o surgimento de novos regimes socialistas – ou, nos termos dos teóricos liberalistas, de regimes autoritários- e o "caos social", através de acordos com os movimentos sindicais.

A novidade, a nível comparativo entre "neoliberalismo" e o liberalismo clássico, encontra-se, principalmente, no uso que os agentes de mercado fazem do poder do Estado, de modo que as suas políticas favoreçam as ações das empresas privadas, e isso ocorre principalmente em detrimento das políticas sociais, em um processo que corrói

progressivamente as instituições e que beneficia principalmente os agentes globais internacionais. A lógica de “livre mercado”, porém, continua a mesma, e a defesa da propriedade privada, que ocorre por esferas que vão além da produção industrial, se encontra cada vez mais articulada globalmente, mesmo que, de tempos em tempos, as crises fincanceiras explicitem a contradição inerente de tal regime. Por fim, é importante ressaltar que o objetivo deste trabalho não é o de compreender a reprodução do neoliberalismo nos períodos atuais, ou de como sua lógica se encontra instristicamente contectada com os limites da financeirização como motor global das sociedades capitalistas no século XXI e de suas crises. Mas entender a racionalidade neoliberal e como ela foi deliberadamente e estrategicamente elaborada, com fins de restauração do poder da classe dominante, como discutido no decorrer do artigo, possivelmente nos permitirá ir mais além do que é disseminado pelo *status quo,* e até mesmo vislumbrar alternativas que coloquem em prática a igualdade social e a e políticas econômicas mais justas, em oposição à lógica econômica e socialmente impiedosa do neoliberalismo.

REFERÊNCIAS

CARCANHOLO, M. D; BARUCO,G. C.C. **A atual ideologia conservadora e o capitalismo contemporâneo: uma crítica à teoria pós-moderna neoliberal.** In:Encontro Nacional de Economia,36, 2008, Salvador. Disponível em: http://www.anpec.org,br/encontro2008/artigos/200807091134410.pdf. Acesso em: julho de 2018.

DARDOT, P. ; LAVAL, C. A. **Nova Razão do Mundo** - Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

GONÇALVES, R. **Desenvolvimento às avessas**: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GILL, L. **Fundamentos y límites del capitalismo**. Madrid: Trota, 2002.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: edições Loyola, 2005.

MAGALHÃES, Felipe Nunes. **O neoliberalismo e a produção da metrópole**: subjetividades, insurgências e redes na economia política da urbanização contemporânea. 2015. 237f. Tese (Doutorado em Geografia) – UFMG – Belo Horizonte, 2015.

MATTICK, Paul. **Marx e Keynes**: os limites da economia mista. Lisboa: Antígona, 2010.

MARINI, Ruy Mauro. **América Latina**: dependência e integração. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.